

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL E DA GESTÃO FISCAL



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP
Certificação de Responsáveis

Unidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS
Código Unidade Gestora: 24.851.503/0001-39
Exercício: 2011

Controle de Responsáveis Contábeis por Exercício
CARDUG - Cadastro de Responsáveis de Unidades Gestoras

Certifico que os dados contábeis da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS, gerados pelo SICAP, referente ao Exercício de 2011, foram assinados digitalmente pelos responsáveis abaixo listados, em cumprimento ao disposto nas Instruções Normativas TCE/TO nº 008/2007, consolidada pela IN-TCE/TO nº 005/2008.

Gestor

Nome: DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS

CPF: 32338503104

Data Início: 01/01/2009

Data Fim: Ainda não foi finalizado

Controle Interno

Nome: LUCIANO LOPES TONETO

CPF: 55444407000

Data Início: 09/04/2010

Data Fim: Ainda não foi finalizado

Contador

Nome: ANTONIO DE MOURA MACEDO

CPF: 12554340153

Data Início: 01/01/2009

Data Fim: Ainda não foi finalizado

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
 Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
 Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP
 ACOMPANHAMENTO DO PRAZO DAS REMESSAS

Município: Santa Rosa do Tocantins - PREFEITURA MUNICIPAL

Exercício: 2011

Poder Executivo

1. REMESSA DAS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO AO SICAP.

Foram remetidas as informações referentes ao exercício de 2011, conforme cronograma previsto na Instrução Normativa TCE/TO nº 07, de 16.12.2009 e portarias regulamentares:

Período	Prazo da Remessa	Data do Envio	Status
Remessa de Orçamento	17/01/2011 - 25/04/2011	05/04/2011	No Prazo
1ª Remessa	15/03/2011 - 25/04/2011	25/04/2011	No Prazo
2ª Remessa	16/05/2011 - 31/05/2011	30/05/2011	No Prazo
3ª Remessa	15/07/2011 - 30/07/2011	29/07/2011	No Prazo
4ª Remessa	15/09/2011 - 30/09/2011	30/09/2011	No Prazo
5ª Remessa	16/11/2011 - 09/12/2011	28/11/2011	No Prazo
6ª Remessa	16/01/2012 - 13/02/2012	09/02/2012	No Prazo
7ª Remessa	15/02/2012 - 12/03/2012	07/03/2012	No Prazo
8ª Remessa	02/04/2012 - 16/04/2012	13/04/2012	No Prazo

12/06/2012 16:06:02



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
 Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
 Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP

Interessado	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS - TO Sr.(a) DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS - Prefeito(a)
Assunto	Verificação de Consistência dos Dados 2º Semestre/2011 - RGF - Relatório de Gestão Fiscal

Informação nº RGF.1718907B6/2011

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, nos termos da Constituição Federal, art. 71, Constituição do Estado, arts. 32 e 33 e arts. 97 e 98 da Lei Estadual 1284/2001, encaminhou para exame, por meio informatizado os dados relativos ao Relatório de Gestão Fiscal do 2º Semestre de 2011, além de outras informações, em atendimento ao prescrito na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e nas Instruções Normativas TCE/TO nº 008/2007 e TCE/TO nº 005/2008.

ANÁLISE:

Na análise dos dados informados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS ressalta-se o seguinte:

1. REMESSA DAS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO

Foram remetidas as informações do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Semestre no dia 09/02/2012, no prazo estabelecido na Instrução Normativa TCE/TO nº 07, de 16/12/2009, ou Portarias ratificadoras.

2. PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

O art. 55, inciso III, § 2º da LRF, determina que o relatório de Gestão Fiscal deverá ser publicado quadrimestralmente e disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder. É facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por divulgar, semestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal. A divulgação do relatório com os seus demonstrativos deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do semestre.

O Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Semestre foi publicado em 09/02/2012, fora do prazo estabelecido no artigo 55 da Lei Complementar nº 101/2000.

3. DESPESAS COM PESSOAL

A LRF determina limite legal de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). De acordo com a Lei, a despesa com pessoal não pode ultrapassar 60% da RCL, assim distribuídos: 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo.

DESPESAS COM PESSOAL - 2º Semestre/2011			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	LIMITE MÁXIMO - 54%	DESPESA COM PESSOAL REALIZADA	%
R\$ 8.077.254,63	R\$ 4.361.717,50	R\$ 3.336.436,47	41,31

A despesa com pessoal foi de R\$ R\$ 3.336.436,47, correspondendo a 41,31% da Receita Corrente

Líquida, não excedendo o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da RCL que cabe ao Poder Executivo, fixado no art.20, III, 'b' da L.C. nº 101/2000.

4. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - Art. 29, incisos I e II, § 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 3º inciso II da Resolução 40/2001 do Senado Federal.

Visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelo município, como também controlar os limites de endividamento de que trata a LRF, ou seja, respeitar a relação entre dívida e sua capacidade de pagamento. O limite estabelecido para os municípios, é de 1,2 vezes à Receita Corrente Líquida - RCL, fixado no art. 3º, inc. II, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal-L.C. nº 101/2000, art. 59, incs. II e IV e § 1º III.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - 2º Semestre/2011		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO	LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 1.2 VEZES A RCL %	MONTANTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA NO PERÍODO
R\$ 8.077.254,63	R\$ 9.692.705,56	R\$ 0,00

Não houve Dívida Consolidada no Período Fiscal em referência.

5. GARANTIA - Art. 40, § 1º, da L.C. nº 101/2000 - 2º Semestre/2011

As garantias são compreendidas por adimplências de obrigações financeiras ou contratuais. As contragarantias poderão constituir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas.

Não houve concessão de garantias no período em referência.

CONCLUSÃO:

Considerando que os dados do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Semestre/2011 e dos demais dados demonstrados, foram informados pelo Poder Executivo do Município de Santa Rosa do Tocantins sendo considerados de veracidade ideológica presumida.

Considerando que os dados informados não foram auditados por este Tribunal, para fins de confirmação dos valores, com base na documentação de suporte e nos registros contábeis respectivos, o que poderá ser feito quando do exame das contas anuais do exercício financeiro correspondente ou a qualquer tempo diante da ocorrência de fatos supervenientes que recomende esta providência.

Ante o exposto a Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal emite a presente informação que demonstra dados do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º Semestre de 2011 do Poder Executivo do Município de Santa Rosa do Tocantins, considerando que, pelos dados encaminhados através do SICAP, apurou-se o seguinte:

- 1 - O Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Semestre de 2011 não foi publicado no prazo. (ITEM 2) .

Esta Coordenadoria, sugere ainda que seja procedida audiência ao(s) responsável(eis), Sr.(a) DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS, Prefeito(a) Municipal de Santa Rosa do Tocantins, nos termos do disposto na Lei Complementar nº 101/2000, art. 59, para que apresente alegações de defesa relativamente à(s) restrição(ões) acima anotada(s) da conclusão do presente relatório.

Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal, aos 12 dia(s) do mês de Junho de 2012.



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
 Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
 Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP

Interessado	CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS - TO Sr.(a) ALBISON DA CRUZ TEIXEIRA DE OLIVEIRA - Presidente
Assunto	Verificação de Consistência dos Dados 2º Semestre/2011 - RGF - Relatório de Gestão Fiscal

Informação nº RGF.1718907B6/2011

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, nos termos da Constituição Federal, art. 71, Constituição do Estado, arts. 32 e 33 e arts. 97 e 98 da Lei Estadual 1284/2001, encaminhou para exame, por meio informatizado os dados relativos ao Relatório de Gestão Fiscal do 2º Semestre de 2011, além de outras informações, em atendimento ao prescrito na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e nas Instruções Normativas TCE/TO nº 008/2007 e TCE/TO nº 005/2008.

ANÁLISE:

Na análise dos dados informados pela CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS ressalta-se o seguinte:

1. REMESSA DAS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO

Foram remetidas as informações do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Semestre no dia 08/02/2012, no prazo estabelecido na Instrução Normativa TCE/TO nº 07, de 16/12/2009, ou Portarias ratificadoras.

2. PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

O art. 55, inciso III, § 2º da LRF, determina que o relatório de Gestão Fiscal deverá ser publicado quadrimestralmente e disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder. É facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por divulgar, semestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal. A divulgação do relatório com os seus demonstrativos deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do semestre.

O Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Semestre foi publicado em 08/02/2012, fora do prazo estabelecido no artigo 55 da Lei Complementar nº 101/2000.

3. DESPESAS COM PESSOAL

A LRF determina limite legal de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). De acordo com a Lei, a despesa com pessoal não pode ultrapassar 60% da RCL, assim distribuídos: 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo.

DESPESAS COM PESSOAL - 2º Semestre/2011			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	LIMITE MÁXIMO - 6%	DESPESA COM PESSOAL REALIZADA	%
R\$ 8.077.254,63	R\$ 484.635,28	R\$ 230.477,76	2,85

A despesa com pessoal foi de R\$ R\$ 230.477,76, correspondendo a 2,85% da Receita Corrente

Líquida, não excedendo o limite máximo de 6% (seis por cento) da RCL que cabe ao Poder Legislativo, fixado no art.20, III, 'a' da L.C. nº 101/2000.

CONCLUSÃO:

Considerando que os dados do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Semestre/2011 e dos demais dados demonstrados, foram informados pelo Poder Legislativo do Município de Santa Rosa do Tocantins sendo considerados de veracidade ideológica presumida.

Considerando que os dados informados não foram auditados por este Tribunal, para fins de confirmação dos valores, com base na documentação de suporte e nos registros contábeis respectivos, o que poderá ser feito quando do exame das contas anuais do exercício financeiro correspondente ou a qualquer tempo diante da ocorrência de fatos supervenientes que recomende esta providência.

Ante o exposto a Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal emite a presente informação que demonstra dados do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º Semestre de 2011 do Poder Legislativo do Município de Santa Rosa do Tocantins, considerando que, pelos dados encaminhados através do SICAP, apurou-se o seguinte:

1 - O Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Semestre de 2011 não foi publicado no prazo. (ITEM 2) .

Esta Coordenadoria, sugere ainda que seja procedida audiência ao(s) responsável(eis), Sr.(a) ALBISON DA CRUZ TEIXEIRA DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Santa Rosa do Tocantins, nos termos do disposto na Lei Complementar nº 101/2000, art. 59, para que apresente alegações de defesa relativamente à(s) restrição(ões) acima anotada(s) da conclusão do presente relatório.

Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal, aos 12 dia(s) do mês de Junho de 2012.



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
 Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
 Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP

Interessado	Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Tocantins - TO Sr.(a) DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS - Prefeito(a)
Assunto	Verificação de Consistência dos Dados 6º Bimestre/2011 - RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Informação nº RREO.1718907B6/2011

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Tocantins, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, nos termos da Constituição Federal, art. 71, Constituição do Estado, arts. 32 e 33 e arts. 97 e 98 da Lei Estadual 1284/2001, encaminhou para exame, por meio informatizado os dados relativos ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º Bimestre de 2011, além de outras informações, em atendimento ao prescrito na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e nas Instruções Normativas TCE/TO nº 008/2007 e TCE/TO nº 005/2008.

ANÁLISE:

Na análise dos dados informados pela Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Tocantins ressalta-se o seguinte:

1. REMESSA DAS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO

Foram remetidas as informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º Bimestre no dia 09/02/2012, no prazo estabelecido na Instrução Normativa TCE/TO nº 07, de 16/12/2009, ou Portarias retificadoras.

2. PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - é um instrumento imprescindível no acompanhamento das atividades financeiras e de gestão e está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, que estabelece em seu artigo 165, parágrafo 3º, que o Poder Executivo o publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. O Art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o RREO será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. O RREO será elaborado e publicado pelo Poder Executivo do Município.

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º Bimestre foi publicado em 30/01/2012, no prazo estabelecido no artigo 52 da Lei Complementar nº 101/2000.

3. GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3.1. Aplicação de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (CF, art. 212)

Aplicação em Ensino/Receita de Impostos e de Transferências Constitucionais			
RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	APLICAÇÃO MÍNIMA - 25%	MONTANTE APLICADO	%

R\$ 5.810.786,01	R\$ 1.452.696,50	R\$ 1.512.173,58	26,02
------------------	------------------	------------------	-------

O Poder Executivo Municipal, até o 6º Bimestre/2011, realizou gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino no montante de R\$ 1.512.173,58, representando 26,02% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, o que evidencia a tendência de cumprimento da aplicação de, no mínimo, 25% dessas receitas, como previsto no art. 212 da Constituição Federal.

3.2. Destinação dos recursos do FUNDEB em pelo menos 60% (sessenta por cento) com remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício (Lei Federal nº. 11.494/2007, art. 22)

Aplicação dos recursos do FUNDEB (Com remuneração dos profissionais do magistério da educação básica)			
RECURSOS DO FUNDEB	APLICAÇÃO MÍNIMA - 60%	MONTANTE APLICADO	%
R\$ 1.942.432,55	R\$ 1.165.459,53	R\$ 1.168.002,21	60,13

O Poder Executivo Municipal no 6º Bimestre/2011, destinou dos recursos do FUNDEB, R\$ 1.168.002,21, para remuneração dos profissionais da educação básica, em efetivo exercício, representando 60,13% do montante dos recursos do FUNDEB, o que evidencia a tendência de cumprimento da aplicação de, no mínimo, dos 60% (sessenta por cento) desses recursos, prevista na Lei Federal nº 11.494/2007, art. 22.

4. GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde/Receita de Impostos e de Transferências Constitucionais			
RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	APLICAÇÃO MÍNIMA - 15%	MONTANTE APLICADO	%
R\$ 5.810.786,01	R\$ 871.617,90	R\$ 919.856,59	15,83

Limite mínimo, fixado no art. 198, §2º, inc. III, e art. 77, inc. III do ADCT, da Constituição Federal, em gastos com ações e serviços públicos de saúde.

O limite mínimo de aplicação do produto da arrecadação dos impostos previstos no art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, alínea 'b' e §3º, da Constituição Federal, em Ações e Serviços Públicos de Saúde, a partir do exercício de 2004, é de 15% conforme dispõe a Constituição Federal, em seu art.198, §2º, inc. III e art. 77, inc. III, do ADCT.

O Município, até o 6º Bimestre/2011, realizou gastos com ações e serviços de saúde no montante de R\$ 919.856,59, representando 15,83% da receita resultante de impostos e de transferências constitucionais, evidenciando a tendência de cumprimento da aplicação mínima, previstas no art. 77 do ADCT da Constituição Federal.

5. IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO - Art. 156, da CF, art. 11 da LRF - até 6º Bimestre/2011:

Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência do ente.

Foram previstos os impostos de competência constitucional do município no valor de R\$ 156.999,89, e efetivamente arrecadado o valor de R\$ 47.156,03, tendo cumprido o estabelecido no dispositivo acima mencionado.

CONCLUSÃO:

Considerando que os dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º Bimestre/2011 e dos demais dados demonstrados, foram informados pelo Poder Executivo do Município de Santa Rosa do Tocantins sendo considerados de veracidade ideológica presumida. Considerando que os dados informados não foram auditados por este Tribunal, para fins de confirmação dos valores, com base na documentação de suporte e nos registros contábeis

respectivos, o que poderá ser feito quando do exame das contas anuais do exercício financeiro correspondente ou a qualquer tempo diante da ocorrência de fatos supervenientes que recomende esta providência.

Ante o exposto a Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal emite a presente informação que demonstra dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao 6º Bimestre de 2011 do Poder Executivo do Município de Santa Rosa do Tocantins.

Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal, aos 12 dia(s) do mês de junho de 2012.



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
 Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
 Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP
 Lista Anual de Alertas
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS
 Exercício de 2011

Número do Alerta	Assunto	Data de Geração	Recebido por
2011000156	Gastos com manutenção e desenvolvimento de ensino	25/04/2011 18:19:19	LUCIANO LOPES TONETO
2011000157	Gastos com ações e serviços e saúde	25/04/2011 18:19:21	LUCIANO LOPES TONETO
2011000489	Gastos com manutenção e desenvolvimento de ensino	30/05/2011 15:49:26	DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
2011000490	Gastos com ações e serviços e saúde	30/05/2011 15:49:29	DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
2011001158	Gastos com manutenção e desenvolvimento de ensino	29/07/2011 13:08:43	DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
2011001159	Gastos com ações e serviços e saúde	29/07/2011 13:08:46	DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
2011002030	Gastos com manutenção e desenvolvimento de ensino	30/09/2011 18:12:26	LUCIANO LOPES TONETO
2011001803	Balancete Verificação	28/09/2011 16:40:06	DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
2011002401	Gastos com manutenção e desenvolvimento de ensino	28/11/2011 14:38:00	LUCIANO LOPES TONETO